



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**BELEMITA MOREIRA GONÇALVES DE MELO**

**PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE DE  
BRASÍLIA: ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS  
NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL**

**Brasília-DF**

**2022**

**BELEMITA MOREIRA GONÇALVES DE MELO**

**PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE DE  
BRASÍLIA: ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS  
NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL**

Trabalho Final de Curso, apresentado à disciplina Projeto 5, como requisito básico para conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Brasília, sob orientação das professoras Ana Maria de Albuquerque Moreira e Danielle Xabregas Pamplona Nogueira.

**Brasília-DF**

**2022**

## FICHA CATALOGRÁFICA

**PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE DE  
BRASÍLIA: ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS  
NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL**

Trabalho Final de Curso, apresentado à disciplina Projeto 5, como requisito básico para conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Brasília, sob orientação das professoras Ana Maria de Albuquerque Moreira e Danielle Xabregas Pamplona Nogueira.

**Membros da Banca Avaliadora**

---

**Orientadora: Ana Maria de Albuquerque Moreira (FE/UnB)**

---

**Orientadora: Danielle Xabregas Pamplona Nogueira (FE/UnB)**

---

**Professora Andréia Mello Lacé (FE/UnB)**

---

**Professora Catarina de Almeida Santos (FE/UnB)**

## **APRESENTAÇÃO**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), atendendo aos requisitos para a graduação em Pedagogia, encontra-se constituído de duas partes: a primeira consta de um memorial com a descrição da trajetória de formação da autora, e, a segunda, um artigo científico com apresentação de estudo desenvolvido com o objetivo de analisar as estratégias institucionais organizadas pela Universidade de Brasília com foco na permanência estudantil durante a pandemia da COVID 19.

**SUMÁRIO**

PARTE I: MEMORIAL DESCRITIVO	6
PARTE II: ARTIGO CIENTÍFICO	8
INTRODUÇÃO	9
NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	11
DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO	15
A PERMANÊNCIA DURANTE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA UNB: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS	20
FATORES DIFICULTADORES À PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL	20
AS POLÍTICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA DURANTE A PANDEMIA	23
CONCLUSÕES	28
REFERÊNCIAS	31

## PARTE I: MEMORIAL DESCRITIVO

Me chamo Belemita Moreira Gonçalves de Melo, nasci em 26 de outubro de 1998, no Hospital Universitário de Brasília. Minhas primeiras lembranças de vida são de quando residia na cidade de São Sebastião junto aos meus pais e irmãos, pessoas extremamente importantes para mim, uma excelente família que me proporcionou uma excelente educação e estrutura apesar das dificuldades enfrentadas.

Quando eu tinha 4 anos, nos mudamos para a Asa Norte. Lá minha infância foi muito feliz em total contato com a natureza, diversos animais e experiências que infelizmente devido a atual realidade do mundo muitas crianças não têm acesso. Meus pais, pessoas simples, mas muito esforçadas, sempre fizeram de tudo para nos dar a melhor criação e educação possível com base nos princípios bíblicos, boa fundamentação moral e estudos constantes e de qualidade, mesmo que em escolas públicas.

Iniciei minha trajetória escolar aos 5 anos de idade no Jardim de Infância 404 Norte, onde por 2 anos pude desfrutar da maravilhosa didática de uma professora que sempre me deixava envolvida em suas atividades, explicações, contações de história e brincadeiras. Me lembro de como ela me incentivava e elogiava a cada novo aprendizado e descoberta. Ali, eu já sabia que quando crescesse queria fazer o mesmo por outras crianças.

Nos anos seguintes durante os ensinamentos fundamental e médio tudo seguiu bem, pude conhecer ótimos professores e fazer amizades que guardo comigo para sempre. No ensino médio participei das três etapas do Programa de Avaliação Seriada - PAS e ao me formar, em 2016, tinha plena convicção que a minha vaga para cursar pedagogia na UnB era garantida. No segundo semestre de 2017 iniciei a minha graduação da Universidade de Brasília onde pude conhecer professores especiais que me ajudaram, além de diversos programas e projetos ofertados pela Universidade que foram fundamentais para a minha formação e para minha carreira profissional.

Aos meus 9 anos comecei a atuar com o departamento infantil da igreja onde congregei e permaneço na função atualmente, foi onde iniciou a minha experiência em trabalhos com crianças lecionando, dentre outras atividades. Ao fim do ensino médio me inscrevi no Programa Educador Social Voluntário que possui duas modalidades de atuação e consiste em auxiliar em atividades pedagógicas, alimentação, higienização e locomoção. Eu atuei em duas escolas em turnos diferentes e escolhi duas unidades escolares nas quais eu estudei. Trabalhei em sala especial com aluno de fundamental 2 e na educação integral com 1º a 5º ano. Participei também do Programa Mediador Escolar, também em escola pública. Em seguida

inicie em estágios remunerados ligados à UnB, onde pude ter aprendizados práticos e especiais, guardo cada unidade escolar, alunos, colegas e os aprendizados com muito carinho e gratidão.

Atualmente resido no entorno de Brasília, sou casada e tenho uma filha. Tenho muita gratidão à minha família, cada um teve um papel essencial durante a minha trajetória de vida e continuam sempre me ajudando e incentivando novas conquistas.



## **PARTE II: ARTIGO CIENTÍFICO**

### **PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL**

#### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo central analisar as estratégias institucionais organizadas pela Universidade de Brasília – UnB para a permanência dos estudantes no contexto do ensino remoto emergencial devido às medidas de isolamento social, estabelecidas em decorrência da pandemia da COVID-19. Alguns dos autores que abordaram o assunto e fizeram parte da fundamentação teórica foram Cunha (1980), Aranha (1996), Santos (2005), Bourdieu e Passeron (1992). O estudo foi desenvolvido por meio das abordagens qualitativa, utilizando a análise documental e análises de dados estatísticos para levantar e compreender a importância das ações institucionais implementadas a partir de uma pesquisa social aplicada pela UnB antes da entrada no ensino remoto emergencial e logo após a primeira etapa desse trabalho ao longo de 2020. Os resultados deste estudo mostram quais foram as demandas trazidas pelos estudantes para a continuidade de seus estudos, ações elaboradas pela Universidade de Brasília e suas contribuições para a permanência dos estudantes. As conclusões destacam as novas vulnerabilidades, tecnológicas e institucionais, que emergiram com a pandemia da COVID 19 e a importância de a universidade se estruturar para identificar as novas prioridades e atuar na direção de garantir a permanência dos estudantes em distintos contextos.

**Palavras-Chave** - Universidade de Brasília. Assistência Estudantil. Covid-19. Pesquisa Social. 2020.

#### **ABSTRACT**

The main objective of this article is to analyze the institutional strategies organized by the University of Brasília - UnB for the permanence of students in the context of emergency remote teaching due to social isolation measures, established as a result of the COVID-19 pandemic. Some of the authors who approached the subject and were part of the theoretical foundation were Cunha (1980), Aranha (1996), Santos (2005), Bourdieu and Passeron (1992). The study was developed through a qualitative approach, using document analysis and statistical data analysis to raise and understand the importance of institutional actions

implemented from a social research applied by UnB before entering emergency remote teaching and soon after the first stage of this work throughout 2020. The results of this study show which were the demands brought by students for the continuity of their studies, actions developed by the University of Brasília and their contributions to the permanence of students. The conclusions highlight the new vulnerabilities, technological and institutional, that emerged with the COVID 19 pandemic and the importance of the university structuring itself to identify the new priorities and act in the direction of guaranteeing the permanence of students in different contexts.

**Keywords:** University of Brasília. Student Assistance. COVID-19. Social Research. 2020.

## 1. INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou a pandemia da COVID-19 no início do ano de 2020. Em março desse mesmo ano, a chegada da pandemia ao Brasil obrigou a população a adotar medidas de isolamento social que se prolongaram por todo o ano e adentraram em 2021. Diversas áreas foram bruscamente afetadas e isso fez com que elas buscassem novos meios e estratégias para continuar com suas atividades de maneira segura e na área da educação não foi diferente.

As instituições de educação superior foram desafiadas a redesenhar as estratégias de ensino e de aprendizagem com processos de inovação e de criatividade, a fim de dar continuidade às suas atividades, com a garantia da permanência de seus estudantes e da qualidade nos processos de ensino e aprendizagem, durante o período do ensino remoto emergencial. Diante do contexto da pandemia e seus efeitos na vida universitária, a Universidade de Brasília, que já possuía diversos auxílios dentro dos programas de assistência estudantil, buscou conhecer as demandas de caráter emergencial de seus estudantes e desenvolveu novas políticas visando, inicialmente, preservar a saúde e garantir a alimentação de seus alunos, em situação de vulnerabilidade, durante a pandemia.

Tendo em vista a situação descrita, o presente estudo tem como objeto de pesquisa as políticas voltadas para a permanência dos estudantes e a qualidade na formação na Universidade de Brasília, em tempos de pandemia. O estudo justifica-se por considerar que os principais desafios apresentados às instituições de educação superior no contexto da pandemia relacionam-se à permanência estudantil e à qualidade de seus processos de ensino e aprendizagem. Assim, tem-se como problema de pesquisa: Quais estratégias institucionais foram propostas pela UnB para a garantia da permanência dos estudantes de graduação

durante o isolamento social em razão da pandemia da Covid 19? Considerando a complexidade do ensino remoto emergencial, o estudo também questiona quais foram as principais dificuldades encontradas pelos estudantes de graduação para continuarem seus estudos no ensino remoto emergencial.

O objetivo geral deste estudo é analisar as estratégias institucionais organizadas pela Universidade de Brasília em tempos de pandemia. Para o alcance desse objetivo, este projeto irá, também, levantar as políticas de permanência estudantil desenvolvidas na UnB e identificar fatores dificultadores para a permanência no contexto do ensino remoto emergencial.

O período estudado trata do ano de 2020 por ser o primeiro ano da pandemia da COVID-19, que exigiu a implementação de medidas emergenciais para apoio à permanência dos estudantes nos respectivos cursos e suporte à saúde física e mental.

Este estudo utiliza-se de abordagem qualitativa, incluindo levantamento e análise de fontes documentais e dados estatísticos obtidos por meio da Pesquisa Social e da Avaliação do Ensino Remoto Emergencial na UnB com o objetivo de retratar a realidade da comunidade acadêmica para realização de trabalho remoto em face à necessidade de distanciamento social imposto pela pandemia, sendo estas desenvolvidas pelo Subcomitê de Pesquisa Social. Também foram retirados dados do Relatório de Gestão do ano de 2020 da Universidade de Brasília. Os resultados apresentam perfil socioeconômico detalhado da comunidade universitária, avaliação da disponibilidade de equipamentos de informática, acesso à internet, condições de trabalho/estudo no domicílio, uso de ferramentas digitais e a situação de saúde dos membros da comunidade e suas famílias, analisando a primeira e a segunda etapa. Foi feito o levantamento das ações institucionais já existentes e as criadas em caráter emergencial, disponíveis no site da Diretoria de Desenvolvimento Social - DDS – UnB.

Os professores-pesquisadores Murilo Silva de Camargo e Leonardo Lazarte, em “O Plano Orientador da Universidade de Brasília de 1962 e suas repercussões na universidade brasileira atual”, enfatizam a atualidade do diagnóstico feito por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro sobre o ensino superior brasileiro, que levou à criação da UnB.

Diante disso, o presente estudo pode trazer contribuições quanto ao conhecimento sobre a implementação do ensino remoto emergencial na educação superior, bem como das estratégias voltadas para a permanência do estudante nesse contexto. Pode-se destacar, ainda, os impactos deste Projeto de Pesquisa para a consolidação de Grupo de Pesquisa na UnB em torno da temática de acesso, permanência e qualidade na educação superior.

Este artigo, portanto, está dividido em cinco partes, a começar por esta Introdução a qual contextualiza-se a temática escolhida, a segunda intitulada “Notas Sobre a Educação Superior no Brasil”, que traz um apanhado histórico de como iniciou a educação superior no Brasil e as fases pelas quais passou. A terceira parte, “Democratização da Educação Superior: acesso, permanência e conclusão”, trouxe algumas reflexões sobre o conceito de permanência estudantil e as práticas necessárias para evitar a evasão e conseguir que mais alunos cheguem a conclusão dos cursos superiores. Na quarta parte trouxe dados sobre a permanência estudantil na Universidade de Brasília durante a pandemia da COVID-19, os fatores dificultadores, políticas de apoio e resultados do estudo e, por fim, a quinta parte sendo as conclusões.

## **2. NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

Segundo Cunha (1980), a Educação Superior no Brasil iniciou-se nos anos 1700 na Bahia com foco em teologia e filosofia. Esse modelo de educação superior foi extinto e com a chegada da Família Real, em 1808, um outro ensino superior foi criado com caráter destacadamente profissionalizante. Ele visava formar oficiais para a defesa da colônia, médicos, engenheiros, entre outros. A universidade foi oficialmente fundada em 1920, sendo a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), resultado de um agregado de faculdades, motivo de crítica por parte dos educadores da época.

Os processos de seleção para o ingresso na educação superior passaram por diversas variações, inicialmente os candidatos deveriam frequentar aulas preparatórias e prestar exames de seleção. Em 1911 foi criado o vestibular devido à grande demanda existente. Entre os anos de 1942 e 1945, se iniciou uma estrutura com divisões em que apenas um dos ciclos do colegial, o secundário, dava acesso ao ensino superior. Apenas com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 4042/61, concluindo o ensino médio por qualquer um dos ciclos, o aluno poderia ingressar no ensino superior mediante vestibular.

A educação superior passou por diversas mudanças e em 1961 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 4.024 que determinou à União a competência de reconhecer e inspecionar os estabelecimentos particulares de ensino superior e explicitava o objetivo de desenvolver a pesquisa das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário.

Já em 1964, foi feita a reforma do ensino a partir da instalação do regime militar, que tinha uma proposta de modernização conservadora e sugeria um vínculo entre educação e mercado de trabalho. A partir dessa reforma, surgiu a Lei 5.540 de novembro de 1968, que promoveu a reforma universitária e alterou a estrutura da educação superior, onde uniu faculdade e universidade, instituiu o ciclo básico para suprir as deficiências do então 2º grau e dos cursos profissionalizantes de curta e longa duração, instituiu o sistema de créditos e organizou os cursos em departamentos. A reforma evidenciou a implantação de um sistema altamente centralizado com expansão de instituições privadas isoladas, que deveriam ser exceção, mas acabaram crescendo de forma desordenada e quis implantar, segundo Saviani (1999), um modelo empresarial com o intuito de inserir o país no sistema capitalista internacional.

Em 1988 foi aprovada a nova Constituição da República Federativa do Brasil, a chamada Constituição Cidadã. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96, aprovada no ano de 1996, deu às universidades autonomia para definir as formas de ingresso, ou seja, permaneceu a seleção, mas com a possibilidade de processos diversificados.

No Brasil fica evidente que o ensino superior sempre foi reservado para o acesso a nobres, latifundiários e uma classe intermediária que formava o quadro administrativo e, portanto, apontava para uma classe privilegiada (ARANHA, 1996) nas escolas secundárias, principalmente medicina e direito, destinadas a os filhos de camponeses pertencentes à elite do poder.

Em termos reais, para quem tem capital econômico e cultural, quem teve maiores oportunidades na vida, quem pode comprar bons livros, ir a boas escolas, viajar, fazer aulas de idiomas, o vestibular só seleciona quem já foi pré-selecionado. É uma seleção que está presente no percurso escolar das pessoas, principalmente, daqueles que visam estudar em universidades públicas.

A discriminação na estrutura social, que não era claramente perceptível nas diferentes formas de expressão e que gerava diferentes desigualdades, ocorria também no setor da educação. Por esse motivo, não é possível discutir apenas as desigualdades do ensino superior do ponto de vista de acesso. Houve uma grande diversificação de instituições e cursos, o que favoreceu as condições dos alunos em termos de capital econômico e cultural e o ingresso dos alunos no ensino superior.

Embora com crescimento rápido das matrículas no ensino superior, observa-se que isso tem ocorrido principalmente no setor privado, que segundo o censo universitário de 2020 representa 87,6%, o que torna o Brasil um dos sistemas mais privatizados do mundo (BRASIL, 2020). Embora as vagas sejam inadequadas para atender à demanda, há um número crescente de vagas e outro aspecto das desigualdades no ensino superior é o número de matrículas em cursos noturnos, a maioria deles oferecidos por instituições privadas.

O Censo da Educação Superior de 2019 mostra que 8.604.526 matrículas foram efetivadas, das quais 2.080.146 em instituições públicas. O resultado de uma seleção realizada ao longo do ano letivo e que é muito desigual de acordo com a origem social dos alunos pode ser constatado nas opções de acesso à universidade, historicamente restritas à estudantes oriundos de famílias com maior capital social e cultural (BOURDIEU; PASSERON, 1992). Esses aspectos também são determinantes para o sucesso acadêmico dos alunos, indicando que a influência da família e o peso das condições sociais são inegáveis, econômica e social que os alunos têm.

Todos os jovens devem ter a oportunidade de frequentar boas escolas e a melhor educação para buscarem melhores condições de vida e mudanças na estrutura social extremamente desigual. Nesse sentido, democratizar o acesso ao ensino superior para enfrentar o problema da seletividade social na educação é muito importante e está relacionado às políticas de enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas existentes no país.

As dificuldades econômicas estão geralmente relacionadas com outras condições complexas da situação do aluno, como escolarização dos pais, antecedentes escolares etc. Para reverter esse quadro de desigualdades, estudos mostram a relevância de políticas para o acesso, a permanência e a formação acadêmica com qualidade de estudantes não tradicionais na educação superior. A observação de que “há um grupo de alunos pobres e muito pobres que devem superar as barreiras que ingressam e permanecem nas universidades públicas ao longo de sua carreira educacional” (Bori e Durham, 2000).

A educação superior no Brasil é ministrada por um conjunto ampliado de Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas e Privadas, que são regidas pela Constituição Organizada de 1988 e pelas Diretrizes e Diretrizes Institucionais Nacionais (LDB - Lei nº 9.394/1996) (BRASIL, 1996), além de muitos recursos para leis, regulamentos e regulamentos.

Nas últimas décadas, o ensino superior se expandiu para um contexto nacional, resultando em mudanças em sua estrutura, com novos padrões e métodos de ensino, com

aumento do número de professores e alunos, além do surgimento de novas instituições. (SANTOS; SIMÕES, 2008).

Isso foi possível, sobretudo, conforme definido pelo Plano Nacional de Educação - PNE 2001-2010, no final da década de 1990. Neste artigo, havia 295 metas educacionais, sendo 35 de ensino superior, que manifestavam preocupação com o aumento desse nível de ensino e proposta de aumento do número de vagas e matrículas, além de dividir o sistema, promovendo o desenvolvimento do Ensino Fundamental e a instalação de centros de programas nacionais de avaliação.

Na mesma linha, a UNESCO incentivou o debate e editou documentos específicos para considerar esse conjunto de novos desafios da educação superior em todo o mundo. No documento “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação” (UNESCO, 1998), a educação superior é reconhecida como um lugar de formação de pessoas importantes, qualificadas e educadas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.

Posteriormente, o artigo “Os desafios e a visão da educação superior brasileira para a década de 2011-2020” (UNESCO, 2012), identifica as complexidades dos desafios da educação superior brasileira, dada a política de ampliação e melhoria da qualidade, fortalecimento da democracia e das relações. universidade e comunidade.

Outro importante documento elaborado foi o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), no qual foram estabelecidas 20 metas educacionais, três das quais voltadas para o ensino superior (metas 12, 13 e 14). O documento esboça uma série de desafios políticos para a sociedade brasileira e apresenta diretrizes para ações a serem tomadas pelos órgãos governamentais, com vistas à integração de um sistema de educação profissional.

A Universidade de Brasília foi inaugurada, em 21 de abril de 1962, com a promessa de reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país. A construção do campus brotou do cruzamento de mentes geniais. A instituição foi fundada inspirada nas seguintes premissas: Os inventores desejavam criar uma experiência educadora que unisse o que havia de mais moderno em pesquisas tecnológicas com uma produção acadêmica capaz de melhorar a realidade brasileira.

Segundo Anísio e Darcy Ribeiro, a Universidade se constituiria no lócus por excelência onde se desenharia a nova cultura, adequada à civilização contemporânea. É por isso que, para Anísio Teixeira, a Universidade deveria ser, antes de mais nada, um centro de investigação e de pesquisa científica (o que, aliás, na visão do educador, se constituía na sua “feição clássica e universal”). Esse caráter a diferenciaria das demais instituições existentes no país, marcadas, até então, por um “espantoso praticismo”, por um singular utilitarismo, tomado no sentido estreito e limitado do termo (VILLAR; CASTIONI. 2012).

### **3. DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO**

Gisi (2006) afirma que “o tema Educação Superior no contexto das políticas públicas traz, em seu bojo, a necessidade de contemplar, em nível de debate ou reflexão, um tripé de categorias de análise extremamente importantes: o acesso, a permanência e a conclusão ou sucesso dos estudos”. Entretanto, se a discussão sobre o acesso parece bem aprofundada, não há como ignorar que, para atingirmos a compreensão sobre o processo de inclusão na educação superior, teremos que incorporar um debate necessário: incluir em nossas reflexões a relação existente entre acesso – permanência – sucesso (Santos, 2005). Por isso, elegemos a categoria permanência como o centro de nossas investigações, o que repercutirá em trazê-la como ferramenta fundamental para a gestão de Instituições de Ensino Superior (IES), que intencionam garantir o empoderamento de sujeitos em situação de vulnerabilidade, através da ampliação de capital cultural, social e simbólico.

Tal ampliação é necessária à mudança de padrão social e econômico dessas camadas sociais, e é possibilitada pela permanência no ensino formal, garantindo-lhes uma formação com qualidade e sucesso como egresso da educação superior, para posterior inserção no mercado de trabalho.

O questionamento somente pode ser respondido a partir da sistematização de pesquisas empíricas que oportunizem aos alunos das IES afirmarem como está ocorrendo o desenrolar de seus estudos no ensino superior, quais as dificuldades enfrentadas e como as instituições têm respondido, objetivamente, às suas carências, necessidades, problemáticas enfrentadas e desafios surgidos. A categoria permanência como centro de nossas reflexões e a observação dos alarmantes índices de evasão/abandono nos últimos anos, na educação superior brasileira, não pode ser tratada como mera contemplação, mesmo que não sejam



encontradas medidas efetivas de acompanhamento ou avaliação por parte das IES, para garantir a formação da grande massa de alunos que tiveram seu acesso ampliado, mas que não tiveram garantias financeiras, sociais, culturais ou mesmo psicológicas de manter-se no sistema de ensino (Cardoso e Velloso, 2008; Borges, 2011).

Compreender esse processo constitui-se em fonte de pesquisa fundamental para abortar a perda de alunos do sistema educacional, que abandonam ou simplesmente passam a não mais figurarem nos bancos escolares, partindo para outras opções de vida, deixando um vazio e um sentimento de dever não cumprido em si mesmos e nos gestores responsáveis, por não terem cumprido com a função social da educação: formar com sucesso.

Há, autores que, além dos fatores próprios aos estudantes (externos à instituição), tais como variáveis econômicas, sociais, culturais ou individuais, acrescentam fatores relacionados às instituições ou que possuem um caráter mais interno a estas, tais como a estrutura e dinâmicas de cada curso (Ronsoni, 2014).

Intencionando analisar esses múltiplos fatores, alguns estudos mostram que, ao lado da maior presença de alunos oriundos de camadas populares (mais de 90 %), as instituições passam a conviver com o desafio em fazê-los permanecer, diante as dificuldades dos alunos em conseguir acompanhar ou ter prosseguimento nos cursos, em conciliar trabalho e estudo, e, finalmente, em sobreviver diante das tímidas políticas de assistência estudantil de suas instituições (Zago; Pereira; Paixão, 2015).

A pesquisa sociológica tem se concentrado no estado do estudante universitário, tendência com a qual me identifico. Condição do aluno: financiamento do estudo, limites da teoria reprodutiva, os autores argumentam que uma investigação é representativa da gama de formas marginais de inclusão do aluno no ensino superior que sustentam a tese dos excluídos internamente, ou seja, práticas mais brandas ou exclusão camuflada (Bourdieu e Champagne, 2001). Assim, a análise da existência de categorias sociais anteriormente excluídas do sistema educacional levanta inevitavelmente a questão: acesso à universidade sim e logo? Não basta ter acesso a programas de acesso à universidade, visto que se trata de uma forma de ingresso ou vai mais longe para definir a chamada "escolha" do tipo de programa de estudos.

Expandir o acesso e alcançar maior igualdade de oportunidades com treinamento de alta qualidade é uma questão central na política educacional. Nas últimas décadas foram propostas soluções para ampliar o acesso e a equidade, diversificando o sistema com a criação de novas modalidades de ensino superior, novos tipos e modalidades de programas de estudo

e propondo políticas inclusivas e ações positivas, tais como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Lei de Cotas.

Conscientes de que a mera ampliação do número de universidades e locais de estudo não garante o sucesso acadêmico voltado para a graduação, as universidades enfatizam a questão da permanência como aquela alcançada pela licenciatura, promovendo o apoio ao aluno, com ensino de qualidade e elementos que garantam a graduação, criar um ambiente adequado para o sucesso do aluno em sua trajetória acadêmica até a formatura. Veloso (2000), em seus estudos sobre evasão nos cursos de graduação, já demonstrava preocupação com a retenção dos alunos nas universidades públicas e argumentava que a falta de diretrizes para a permanência dos alunos na carreira foi um dos fatores que levaram à deserção. Essa persistência depende de fatores que antecedem a admissão do aluno e outros.

Vários autores abordam a questão da permanência de alunos no ensino superior, como Alberti (2008), Silva e Veloso (2013), Zago (2006), e o cotidiano dos alunos no universidades, as diferenças de fatores culturais e socioeconômicos que podem ou não contribuir para o sucesso de suas carreiras acadêmicas. Os esforços dos atores da educação superior pública em fomentar discussões sobre os elementos que são importantes para a duração dos alunos nas universidades, colocam a questão na agenda atual dos fatores que promovem o bem-estar do aluno e a adaptação ao curso. Neste caso, o suporte que o aluno precisa para ter sucesso em sua trajetória acadêmica deve ser definido por meio de permanência e institucional projetos, para que o acesso ao ensino superior seja o conceito de acesso, amplia sua definição: assumindo admissão, permanência e qualidade na formação, ampliando e analisando o acesso em sua fase inicial (renda), política de expansão universitária levando ao aumento da vaga tem que estar ligado a política a para apoiar a persistência.

O aumento do acesso às universidades públicas mudou o perfil dos alunos nas leituras feitas para esta pesquisa e destaca alguns elementos que podem contribuir para a permanência no curso e o sucesso da carreira acadêmica, tais como: estudante trabalhador, capital cultural, escolha do curso de estudo, nível socioeconômico. Alberti (2008) aponta os problemas do ambiente acadêmico e acredita que estes aspectos interferem na entrada e na permanência no curso.

Viana (2000) afirma que o desafio não é apenas atrair mais alunos para o ensino superior, mas uma grande conquista para o aluno, e por este motivo para fazer uma diferença, o governo federal exige definição de medidas compatível com as condições de vida dos alunos, suas origens sociais, suas dificuldades de adaptação e oferecem e garantem a

continuidade e o sucesso sem uma carreira no ensino superior. Alguns estudos discutem o problema do trabalhador com intenção de ensino superior e seu ingresso efetivo, o que afeta o investimento no estudo e o tempo deve ser dividido entre as duas atividades.

Segundo os autores, grande parte dos alunos não trabalham e têm suas despesas custeadas com ajuda da família, 10% são financiados com trabalho próprio, aluno e os laços familiares que o acompanham com uma herança cultural mais ou menos acentuada e sua consolidação nos níveis de educação anteriores ao ensino superior desempenham um papel fundamental para a manutenção da perenidade na universidade. Bourdieu e Passeron (2001) consideram que a origem social dos alunos é o principal fator na escolha de um curso de estudo. Esses autores denunciam que a escola reproduz cultura na prática escolar - Talento Adquirido - Zago (2006).

Compreende-se que o Sistema de Seleção Unificada (SISU) favorece a mobilidade dos estudantes pelo país, uma vez que pode selecionar a opção do curso pela internet e influência da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para a escolha do curso. Os estudantes não escolhem o curso desejado e sim o que a pontuação do ENEM possibilita conseguir. Diante dos vários elementos apresentados que influenciam na permanência do estudante na universidade, a situação financeira tem uma relevância na trajetória acadêmica, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstraram que os estudantes da educação superior pública ocupavam em 2013, a ocupação dos mais pobres. Já na distribuição dos estudantes da educação superior na rede privada, em 2004, o estudante de maior renda. Atendendo a uma reivindicação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), no que se refere ao financiamento e gestão da educação superior, incluiu a assistência estudantil no Plano (lei de assistência estudantil destinados a apoiar estudantes programas mais elaborados para o apoio aos estudantes das universidades federais) para criar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como uma política de governo posto em pela criação de programas e projetos de assistência estudantil para apoiar o estudante em sua que definem as áreas e prioridades para aplicação dos recursos. Mesmo a educação sendo pública, a permanência na universidade tem ônus para o estudante (gastos com transporte, material escolar, participação em eventos).

No entanto, considerando que o fio condutor do PNAES é o atendimento aos estudantes de baixa renda, a Lei de Cotas, Lei nº 12.711 de 2012, favorece o ingresso de mais estudantes, o que amplia as opções para a transformação e construção de melhores condições

de vida. Um estudo dos programas de permanência em programas de ações assistenciais, que têm o objetivo de apoiar o estudante carente e de ações qualificadoras do ensino, concedidas aos estudantes em geral da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Quanto às ações de permanência voltadas para as ações qualificadoras do ensino, para essa autora, essas ações destinadas aos discentes e demais estudantes, uma vez que a “ameaça” à permanência não se restringe às carências do Estado, por meio dos seus programas específicos. Quanto às pesquisas realizadas no tocante à permanência, estão centradas na realidade dos estudantes dos três eixos sustentadores da universidade (ensino, pesquisa e extensão), são de grande valia para que o acadêmico se fixe nesse espaço hoje desafios colocados para as instituições que devem associar a isso.

Inicialmente, cabe ressaltar que as ações de permanência nas IES que são objeto deste estudo estão relacionadas à política de assistência estudantil que, segundo consta do documento do Programa Nacional de Assistência Estudantil, as ações de assistência estudantil são desenvolvidas de acordo com os objetivos e diretrizes do PNAES a partir do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior na esfera das universidades estaduais.

No campo da educação superior pública dando centralidade nas discussões dos elementos importantes para a permanência do estudante na universidade pública, permanecer e concluir um curso de graduação são ações determinadas para favorecer o sucesso dos estudantes. Nesse sentido, as políticas de permanência são identificadas por uma perspectiva que não se encerra nas ações de assistência estudantil, mas abarcam os aspectos por universidades ou outros estabelecimentos educacionais aprovados como a educação é caracterizada como direito de todos e dever do estado e de municípios pela organização de seus sistemas de ensino no que diz respeito segundo as diretrizes dos Direitos Humanos, o objetivo dos direitos sociais é corrigir desigualdades próprias das sociedades (UNB, 2016).

As preocupações sobre a inclusão na educação superior no período recente têm como ponto de partida a percepção da grande distância entre o Brasil e demais países com situação econômica similar quando se trata de acesso à educação superior. O Brasil se posiciona atrás da maioria dos países de renda média e fica atrás também quando comparado com a maioria dos países latino-americanos (Neves, 2012). As raízes desta baixa frequência na educação superior têm diferentes tipos de causa. A primeira delas refere-se à gigantesca desigualdade de oportunidades no país. O sistema de educação básica brasileiro possui tanto escolas públicas quanto privadas, sendo estas últimas em menor número, em geral de melhor

qualidade e acessíveis àqueles que podem pagar. O sistema educacional privado na educação básica é ocupado principalmente por estudantes de classe média e alta, que podem custear altas mensalidades. Estudantes que concluem o ensino básico nestas escolas são tradicionalmente aprovados em maior proporção nos exames para ingresso nas melhores universidades brasileiras que, ironicamente, são em sua maioria públicas e sem custos para o estudante. As consequências desta estrutura no longo prazo são a grande concentração de estudantes de maior renda e brancos nas universidades públicas.

#### **4. A PERMANÊNCIA DURANTE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA UNB: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS**

##### **4.1 Fatores dificultadores à permanência dos estudantes no ensino remoto emergencial**

De acordo com as informações disponíveis no Repositório COVID-19 UnB<sup>1</sup>, em apenas seis semanas, o Subcomitê de Pesquisa Social do Comitê de Coordenação e Acompanhamento das Ações de Recuperação (CCAR) elaborou, aplicou e analisou uma pesquisa on-line, para discentes, docentes e técnicos da Universidade de Brasília, com o objetivo de formar um banco de dados que mostrasse o perfil da comunidade em geral. Dessa forma, comparando dados e identificando predisposições dos diferentes grupos que integram a comunidade universitária, seria possível visualizar um possível cenário da Universidade a curto, médio e longo prazo e tomar decisões assertivas referentes ao plano de retomada das atividades acadêmicas interrompidas em função da pandemia da COVID-19.

Essa pesquisa já possui três etapas e continua sendo atualizada até o momento de escrita deste artigo. A primeira etapa da pesquisa social foi realizada entre 6 e 26 de junho de 2020 para verificar as necessidades a serem supridas para que fosse possível a retomada do calendário acadêmico a partir da transição para um ensino remoto. Ao todo, foram obtidas 25.897 respostas ao questionário, que mostraram o perfil socioeconômico, a disponibilidade de equipamentos eletrônicos, o acesso e a qualidade da internet, condições domiciliares de estudo e trabalho, conhecimentos referentes ao uso de ferramentas digitais e o estado de saúde das famílias em geral. O CCAR destaca que foi criada uma central de atendimento por telefone para que fosse possível colher os dados dos membros da comunidade que possuíam algum tipo de dificuldade para acessar a internet e preencher o questionário. Foram realizados mais de mil atendimentos nesta modalidade.

---

<sup>1</sup> Ver <http://repositoriocovid19.unb.br/>.

Através de análise dos dados coletados foi possível observar que a maior taxa de resposta foi dos docentes (77,7%), seguidos por 50% dos discentes de graduação, 40,6% dos técnicos e 20,2% dos discentes de pós-graduação.

A segunda etapa, realizada em abril de 2021, contou com a participação de 8.028 pessoas e avaliou os resultados do primeiro semestre com aulas remotas. Os dados anteriormente coletados referentes à situação socioeconômica, acesso às tecnologias e aprendizagem foram atualizados.

A terceira etapa, executada em dezembro de 2021, novamente foi útil para a atualização dos dados inicialmente coletados em julho de 2020, além de mostrar o índice de vacinação da comunidade acadêmica e as opiniões individuais referentes aos cuidados a serem tomados no retorno às atividades presenciais. Essa fase foi relevante para o planejamento do retorno à presencialidade.

Neste estudo, destacamos, primeiramente, os dados coletados na primeira etapa, a pesquisa social, que diagnosticou a situação dos discentes de graduação em relação a equipamentos, acesso à internet, domínio de ferramentas digitais e condições de estudo em domicílio. O objetivo foi identificar os problemas e desafios em relação ao corpo discente para a realização das atividades acadêmicas no sistema remoto e, com essa perspectiva, definir estratégias institucionais de apoio à permanência. Na caracterização dos estudantes, a pesquisa considerou curso, campus de estudo, gênero, raça/cor da pele e renda familiar.

No total, 22.562 alunos responderam à primeira etapa da pesquisa social. Desse total, 2.930 se declaram pretos, 818 pardos, 214 índios, 10.849 brancos e 451 amarelos; 9.557 são homens, 12.910 são mulheres e 95 preferem se identificar de outra forma.

Nas respostas, considerando renda familiar, verificou-se que, dos respondentes, o percentual mais elevado daqueles que possuem as maiores dificuldades de acesso à equipamento e internet, são os de faixa de renda de um salário-mínimo e entre um e dois salários-mínimos. Entre os *campi* da UnB, a Faculdade de Planaltina - FUP apresenta uma situação bastante diferente das demais. O público que adota uma identidade de gênero não-binária tem condições distintas dos que se identificam como homem e mulher. A maior taxa de más condições de estudo em casa, dificuldade de uso do Moodle e não participação em atividades acadêmicas a distância está entre os indígenas e os que se identificam com cor de pele/etnia preta. São padrões claros de condições desiguais de estudo e trabalho remoto afetando grupos específicos.

Tabela 1 – Condições para realização do ensino remoto por características selecionadas. Estudantes da graduação presencial. UnB, 2020.

<b>Características</b>	<b>Sem acesso à equipamento com função de computador</b>	<b>Internet: sem acesso/acesso precário</b>	<b>Condição para estudo em casa: ruim/péssima</b>	<b>Domínio do moodle: ruim/péssimo</b>	<b>Não participou de atividades acadêmicas presenciais</b>
<b>Renda Domiciliar</b>					
Até 1 SM	22,09%	19,0%	28,86%	15,38%	41,89%
De 1 a 2SM	12,69%	7,2%	21,95%	10,58%	36,48%
De 2 a 5 SM	4,99%	2,7%	14,73%	9,01%	32,37%
De 5 a 10 SM	1,14%	1,3%	9,55%	8,94%	29,06%
Acima de 10 SM	0,77%	1,0%	5,57%	8,19%	24,4%
<b>Raça/Cor/Etnia</b>					
Amarela	7,54%	4,38%	13,38%	9,98%	32,85%
Branca	3,98%	2,64%	12,01%	10,29%	29,43%
Indígena	44,68%	49,65%	41,13%	22,7%	59,57%
Parda	7,46%	4,97%	15,69%	9,19%	33,43%
Preta	12,4%	8,64%	20,96%	11,4%	35,28%
<b>Gênero</b>					
Feminino	7,08%	4,23%	14,96%	10,34%	37,21%
Maculino	6,06%	5%	14,09%	9,63%	31,22%
Me identifico de outra forma	7,14%	13,95%	40,7%	27,91%	32,35%
<b>Campus de estudo</b>					
Plano Piloto - Darcy Ribeiro	6,36%	4,24%	14,65%	10,78%	32,45%
Ceilândia - FCE	6,88%	3,38%	15,29%	4,42%	21,74%
Gama - FGA	1,73%	2,67%	11,16%	5,56%	29,51%
Planaltina - FUP	23,07%	20,06%	20,49%	16,33%	46,85%

Fonte: Dados da pesquisa social, Subcomitê de Pesquisa Social do Ccar UnB, 2020.

O relatório do Subcomitê de Pesquisa Social apontou dados relevantes em relação às dificuldades da comunidade discente para a realização das atividades no sistema do ensino remoto emergencial:

- a. 6% não tinha acesso a computador ou tablet.
- b. 30% tinham acesso lento ou precário à internet.
- c. Aproximadamente 10% precisavam de capacitação para uso do ambiente virtual de aprendizagem.

Além disso, eram necessárias atenção e sensibilidade às limitações das condições de estudo no domicílio. Em síntese, a pesquisa mostrou como os estudantes eram afetados pela pandemia, sua dependência do Sistema Único de Saúde (SUS) e a convivência com familiares em grupos de risco. Esses resultados da pesquisa social revelaram outras vulnerabilidades, as vulnerabilidades tecnológicas que, associadas à situação socioeconômica dos estudantes, indicam problemas para acesso a equipamentos e internet de boa velocidade para realização dos cursos no sistema remoto. E, ainda, o domínio de ferramentas digitais. Com base nisso, a Universidade estabeleceu estratégias de apoio à permanência dos estudantes durante o ensino remoto emergencial. Tais estratégias serão analisadas na próxima seção.

#### **4.2 As políticas de apoio à permanência na Universidade de Brasília durante a pandemia da COVID-19**

Em fevereiro de 2020 a Universidade de Brasília, por meio do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), criou o Comitê Gestor do Plano de Contingência em Saúde do Covid-19 (COES). Formado por especialistas das Faculdades de Saúde, Medicina, dos Institutos de Ciências Biológicas, de Psicologia e do Hospital Universitário de Brasília, o COES foi criado com o propósito de monitorar a situação epidemiológica a partir dos dados repassados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Ministério da Saúde (MS) e Secretaria de Saúde do Distrito Federal e assim realizar ações necessárias bem como manter informada a Comunidade Acadêmica sobre ocorrências relacionadas ao COVID-19 a Universidade de Brasília.

Em abril, foi criado o Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão (COPEI), com o objetivo de fazer possível, de maneira rápida, a execução de ações para o enfrentamento da COVID-19.



A Universidade de Brasília criou em maio de 2020 o Comitê de Coordenação e Acompanhamento das Ações de Recuperação (CCAR), responsável por delinear as ações institucionais e estratégias para retomada das aulas, desde o formato remoto até o retorno do presencial.

Imediatamente após o anúncio da suspensão das atividades no 1º semestre de 2020, a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) da UnB iniciou um levantamento para verificar quais as demandas emergenciais dos estudantes de graduação e pós-graduação. Para assistir os alunos, algumas ações foram através de editais e disponibilizados editais no site da DDS.

São elas:

a. Auxílio Alimentação Emergencial

Com o primeiro edital (001/2020) aberto em 27/03/2020, regulamentado pela resolução do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) Nº 001/2020, que considerava a necessidade de adesão de medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19, esse auxílio foi criado com o objetivo de suprir a necessidade alimentar dos estudantes da UnB, atendendo exclusivamente os estudantes já contemplados pelo Programa Bolsa Alimentação, Programa Moradia Estudantil e Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação que faziam suas refeições no Restaurante Universitário - RU de maneira gratuita. Foram disponibilizadas 2.500 vagas para o recebimento do auxílio de R\$465,00 inicialmente por dois meses e foi estendido nos meses subsequentes de acordo com as especificações do edital. Foram abertos novos editais de acordo com a disponibilidade orçamentária. Em 2020 mais um edital (005/2020) foi aberto com 365 vagas.

b. Auxílio Transporte Emergencial

Uma das necessidades dos alunos apurada pela DDS foi a de retorno aos locais de origem durante a pandemia. Através de divulgação por e-mails e redes sociais, foram identificados os estudantes, valores necessários e locais para que fosse feita a solicitação de recursos orçamentários. O levantamento possuía alguns critérios como possuir avaliação socioeconômica pela DDS e fazer a viagem por transporte terrestre para destinos dentro do Brasil. Os estudantes que não foram atendidos por esse auxílio puderam contar com a ID Jovem, benefício que garante viagem interestadual 100% gratuita a jovens de 15 a 29 anos que possuem o Cadastro Único do Governo Federal.

c. Auxílio Emergencial para Apoio à Inclusão Digital

Foi criado com o intuito de conceder aos estudantes dos cursos presenciais de graduação e pós-graduação da UnB o acesso a aparelhos eletrônicos com função de computador por meio de empréstimo, doação ou bolsa para a compra do equipamento para retomada do 1º semestre de 2020 que ocorreu de maneira remota. O benefício escolhido para cada aluno se deu por meio da classificação entre os inscritos e a pontuação foi feita pela DDS/DAC. Os equipamentos para empréstimo eram da própria UnB. As doações foram feitas por pessoas físicas e jurídicas, com comprovação de origem do equipamento através da campanha UnB Solidária. No ano de 2020 foram abertos três editais.

d. Programa Alunos Conectados

O acesso à internet aos alunos que necessitavam foi concedido através do Programa Alunos Conectados do Ministério da Educação em parceria com a Rede Nacional de Pesquisa (MEC/RNP) que dava um chip com acesso à internet ou um auxílio em dinheiro para compra de bônus de internet no serviço de dados móveis pessoal.

e. Guardiões da saúde

É um aplicativo para dispositivos móveis gratuito, que tem o objetivo de estimular a vigilância participativa em saúde. O app foi criado pela Associação Brasileira de Profissionais de Epidemiologia de Campo - ProEpi. A associação existe desde 2007 e recentemente atualizou os recursos e criou uma nova proposta tendo em vista a situação pandêmica que exige cuidados e responsabilidades específicas. Os alunos podem participar baixando o aplicativo e registrando diariamente a situação de saúde que se encontra, podendo registrar sintomas e assim contribuindo para que os profissionais da área da saúde possam ter um padrão epidemiológico da região. É possível identificar quantas pessoas estão doentes na sua região. Para os estudantes da Universidade de Brasília existe a possibilidade de ganhar 4 créditos no histórico escolar de acordo com a participação efetiva no aplicativo.

f. Auxílio Emergencial de Apoio à Saúde Mental

Foi criado no ano de 2021 com a finalidade de oferecer um auxílio financeiro em 6 parcelas de R\$400,00 para custear tratamento psicológico e/ou psiquiátrico aos estudantes de graduação da Universidade de Brasília (UnB) em situação de vulnerabilidade socioeconômica que estivessem apresentando agravos à saúde mental. Foram disponibilizadas 200 vagas com classificação por ordem de prioridade. A adoção de estratégia foi justificada pelo elevado quantitativo de estudantes que solicitam à universidade apoio em situações de sofrimento

mental, quadro especialmente agravado durante a pandemia de covid19 e o ensino remoto. Além disso, foi criado o Subcomitê de Saúde Mental e Apoio Psicossocial, vinculado ao COES. O plano de contingência voltado para saúde mental foi o primeiro em universidades brasileiras.

g. Auxílio Emergencial de Apoio Socioeconômico

Criado com a finalidade de oferecer auxílio de apoio à permanência aos estudantes de graduação da Universidade de Brasília (UnB) em situação de vulnerabilidade socioeconômica que não recebiam bolsas regulares de apoio à permanência (Programa Auxílio Socioeconômico, Bolsa Permanência do MEC e PROMISAES). A adoção de estratégia foi justificada pelo agravamento do quadro social e econômico de muitos estudantes em decorrência da pandemia de covid-19, deixando muitos estudantes em situação especialmente vulnerável com risco de evasão da universidade.

h. Auxílio para Conserto e Upgrade de Computadores

Foi criado com a finalidade de garantir a continuidade da inclusão digital para estudantes dos cursos de graduação da Universidade de Brasília em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no contexto das atividades acadêmicas remotas para o segundo semestre letivo de 2021.

i. Auxílio Retorno - Transporte Interestadual para Graduação e Pós-graduação

Esse edital foi criado já no ano de 2022 com a finalidade de oferecer auxílio aos participantes dos Programas Auxílio Moradia da Graduação e da Pós-graduação, que se ausentaram do Distrito Federal durante a pandemia, para que possam retornar a Brasília em razão da retomada das atividades presenciais da Universidade de Brasília.

É importante salientar que os programas socioeconômicos de auxílio à comunidade estudantil já existentes antes da pandemia (Bolsa MEC, Auxílio Creche, Acesso à Língua Estrangeira, Vale Livro, Moradia, Socioeconômico, Socioeconômico Emergencial, Programa Raízes) não foram afetados durante a pandemia, podendo os estudantes, dependendo do caso, solicitar também os auxílios emergenciais. Além dos diversos auxílios socioeconômicos a UnB conta com diversos programas de extensão e bolsas que devido à elevada taxa de desemprego durante a pandemia, foram fundamentais para a sobrevivência dos estudantes e suas famílias e para evitar um elevado índice de evasão. De acordo com o Relatório de Gestão

da Universidade de Brasília do ano de 2020, tivemos 1.100 monitores de disciplinas remuneradas, 60 tutores no programa raízes, 10 tutores bolsistas para surdos e surdocegos.

Em relação à mobilidade acadêmica, a UnB manteve 58 estudantes de outras IFES na UnB e 34 estudantes da UnB em outras IFES. Durante a pandemia não foi possível realizar novas solicitações. Em relação a eventos acadêmicos, científicos, artísticos ou de extensão houve 68 estudantes contemplados em eventos nacionais e 19 estudantes em eventos no exterior.

A universidade de Brasília deu continuidade aos editais de pesquisa e inovação. Foram:

- R\$75.000,00 investidos em projetos de pesquisa científica voltadas para gestão da informação no âmbito da DPI, foram selecionados 98 estudantes.
- 122 artigos publicados, sendo 109 em periódicos internacionais e 13 em periódicos nacionais, com investimento de R\$935,000,00.
- Para estimular e viabilizar a execução de projetos de pesquisa científica foi feito pagamento de Auxílio Financeiro ao Pesquisador. Com investimento de R\$945.000,00 e 315 pesquisadores beneficiados.
- DPI/DEX - combate à COVID-19 1ª chamada - 115 projetos aprovados, viabilizados por meio de financiamento interno e/ou externo. São projetos e ações de quaisquer tipos e modalidades nas diversas áreas de conhecimento contra a pandemia.
- DPI/DEX - combate à COVID-19 2ª chamada - 83 projetos aprovados, viabilizados por meio de financiamento interno e/ou externo. São projetos e ações de quaisquer tipos e modalidades nas diversas áreas de conhecimento contra a pandemia e as consequências dela.
- Viabilizando a execução de projetos de pesquisas científicas, tecnológicas de inovação e de extensão com a participação de servidores públicos federais, ativos, do quadro permanente da UnB foram aprovadas 56 propostas com investimento de R\$1.066.104,31 para pagamento de Auxílio Financeiro a Pesquisador.

Houve também continuidade nos editais de extensão 2020. Sendo eles:

- Edital Programa Especial Semana Universitárias - Foram 66 bolsistas por 8 meses com demanda financeira de R\$211.200,00.
- Edital UnB nos 60 anos de Brasília - 46 bolsas de extensão para apoiar as ações das unidades administrativas e acadêmicas.
- Edital SEREX 2020 - Selecionados 20 resumos expandidos com a temática “Em Defesa da Ampliação dos Direitos Humanos na Rede de Extensão”.

- Projeto de Apoio a Eventos Digitais - 67 bolsistas, por seis meses para atuarem auxiliando as unidades acadêmicas com o uso das tecnologias necessárias. Foram investidos R\$160.800,00 em recursos financeiros.
- 25 bolsas de extensão no valor de R\$400,00 mensais por 9 meses para fluxo contínuo no Polo de extensão do Recanto das Emas.
- Seleção de projetos nas áreas de Saúde e Qualidade de Vida, Direitos Humanos e Cidadania, Educação, Arte e Cultura, e Meio Ambiente e Sustentabilidade que tenham atuação na Cidade Estrutural.

## 5. CONCLUSÕES

O objetivo deste estudo consistiu em identificar as ações da UnB na assistência estudantil que apoiaram a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade durante o ensino remoto emergencial em razão da pandemia da COVID-19. Para tanto, foram levantados e analisados dados quantitativos e dados qualitativos, retirados da pesquisa realizada pelo Subcomitê de Pesquisa Social, criando no âmbito das ações de recuperação da UnB, do PDI e dos relatórios de gestão da Universidade.

Um primeiro resultado do estudo foi identificar o surgimento de novas vulnerabilidades, associadas à situação socioeconômica, como a vulnerabilidades tecnológicas de acesso à equipamentos e à rede de internet com capacidade para acesso a textos e participação em atividades virtuais síncronas e estudos assíncronos.

Nesse sentido, outro resultado foi identificar as ações institucionais para garantir a esses alunos o acesso ao ensino remoto emergencial. E, por fim, o objetivo central de analisar como tais ações contribuíram para a permanência dos estudantes. Para buscar informações sobre este objetivo, buscaram-se informações na segunda etapa da Pesquisa Social, que teve a finalidade de levantar informações sobre a utilização de tecnologias de ensino/aprendizagem e avaliar a experiência e as condições de trabalho e estudo durante o primeiro semestre letivo remoto. A pesquisa contou com a participação de 4.946 estudantes, a maioria (76%) do diurno.

Quanto aos equipamentos disponíveis, 79,7% dos discentes declararam que possuíam laptop ou desktop de uso pessoal e 32% de uso compartilhado em sua residência. Quanto ao celular smartphone, 92% afirmam possuir o aparelho cujo uso é pessoal e 3% afirmam que o aparelho é de uso compartilhado. Por fim, 12,7% afirmam que possuem tablet de uso pessoal

e 3,1% possuem o aparelho e o uso é compartilhado. Através desses dados verifica-se que a disponibilidade de equipamentos não se firmou como obstáculo para a realização das atividades relacionadas ao ensino remoto. Vale mencionar que 8% dos estudantes declararam que utilizam aparelhos cedidos pela Universidade. Sobre a qualidade do acesso à internet, mais de 90% dos alunos declararam que, frequentemente ou sempre, conseguiram realizar satisfatoriamente as atividades síncronas e assíncronas e não tiveram que aumentar a capacidade da velocidade de sua conexão de internet.

O estudo também mostrou que a concepção de assistência estudantil foi ampliada buscando atingir as novas vulnerabilidades tecnológicas, com as ações de suporte ao acesso à equipamentos e à rede de internet de maior velocidade no ano de 2020 (Tabela 2).

Tabela 2 – Apoio institucional destinado à permanência dos estudantes no ensino remoto emergencial. Universidade de Brasília, 2020.

<b>Tipo de apoio</b>	<b>Alunos atendidos (%)</b>
Auxílio Alimentação Emergencial	10,5
Auxílio Emergencial de Apoio à Inclusão Digital	5,1
Projeto Alunos Conectados	0,7
Não recebeu apoio	83,7

Fonte: Pesquisa Social, 2021.

A partir desses dados pode-se concluir que os discentes da Universidade de Brasília, na perspectiva do ensino remoto emergencial, puderam ter um melhor acesso a aparelhos com funcionalidade de computador além de uma internet de melhor qualidade a partir das ações elaboradas em caráter emergencial. A vulnerabilidade tecnológica vai para além do instrumental, inclui uma rotina de estudos, um lugar calmo de estudo para haja a concentração e o foco necessário, uma rede de apoio que ajude o estudante no cuidado com crianças, idosos ou pessoas com deficiência. Há, ainda, o fato de que muitos professores, como afirmam os alunos em suas respostas, não se adaptaram para facilitar a interação e disponibilidade para com os alunos, continuaram com a mesma perspectiva fechada que já ocorria no ensino presencial dificultando assim a resolução de dúvidas e possíveis problemas que levaram ao trancamento de disciplinas, do semestre ou à evasão. Pode-se dizer que este problema está entre vulnerabilidades institucionais, que necessitam de um olhar especial. Assim, conclui-se que a assistência aos estudantes tem um caráter dinâmico, que varia em cada contexto e que é fundamental para a Universidade desenvolver mecanismo para identificação de novas

necessidades e políticas para atendê-las na perspectiva de garantir a permanência e a formação com qualidade, sem as quais não se pode falar em democratização da educação superior.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leila Cristina da Conceição Santos; CIPRIANO, Jonathan Alves. **EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: ANÁLISES E IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL DO PROFESSOR E ALUNO**. In: Anais VII CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2020.

Disponível em:

<[https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA18\\_ID6098\\_31082020204042.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA18_ID6098_31082020204042.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2022.

ARANHA, M. L. **Filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz. **Educação e Pandemia: Outra e Refinadas Formas de Exclusão**. In: Scielo Brazil. Educ. rev. 37, 2021. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/edur/a/ymhskLWxTXmGyvtyVLWwVwz/?format=html>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Trad. Reynaldo Bairão; In: Rev. Pedro Benjamim Garcia e Ana Maria Baeta. 3. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1992. p. 15-77.

BORI, Carolina M; DURHAM, Eunice R. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. 2003

Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2022.

BRASIL. IBGE. (2018) PNAD – **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017**. Brasília: IBGE.

CASTELO BRANCO, U. V.; NAKAMURA, P. H.; JEZINE, E. **Permanência na educação superior no Brasil: construção de uma escala de medida**. Revista de la Asociación de Sociología de la

Educación (RASE), v. 10, n. 2, p. 209-229, 2017. Disponível em:

<<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:sammq61IUUkJ:https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6002233.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 09 jan. 2022.

CASTELO BRANCO, U. V.; NAKAMURA, P. H.; JEZINE, E.. **Fatores que influenciam na permanência de alunos em instituições superiores: estudo-piloto na UFPB**. In: XXV Seminário Universitas, 2017. Disponível em:

<<http://plone.ufpb.br/nepes/contents/documentos/trabalhos-publicados-em-anais/fatores-que-influenciam-na-permanencia-de-alunos-em-instituicoes-superiores-estudo-piloto-na-ufpb.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CARDOSO, Claudete Batista; VELLOSO, Jacques. **Evasão na educação superior: alunos cotistas e**



**não cotistas na Universidade de Brasília.** In: ANPED GT 11 - Política da Educação Superior, 2008.. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/31/jacquesveloso.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

CCAR - **Subcomitê de Pesquisa Social do Comitê de Coordenação de Acompanhamento das Ações de Recuperação da Universidade de Brasília. Pesquisa Social UnB: condições para retomada do calendário acadêmico.** In: Repositório COVID-19 UnB. Disponível em: <[http://repositoriocovid19.unb.br/wpcontent/uploads/2020/07/Nota\\_tecnica\\_Pesquisa\\_Social\\_UnB.pdf](http://repositoriocovid19.unb.br/wpcontent/uploads/2020/07/Nota_tecnica_Pesquisa_Social_UnB.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2022.

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. **O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação.** Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, Brasília, v. 7, n. 3, p. 27-37, ago. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924>. Acesso em: 17 fev. 2022.

Diretoria de Desenvolvimento Social da Universidade de Brasília DDS-UnB - Editais. Disponível em <<http://dds.dac.unb.br/index.php/editais-ano-2022>>.

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. Scielo. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0428100>>.

\_\_\_\_\_. **DECRETO N. 7.234**, de 19 de junho de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)> Acesso em: 25 mai. 2022

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968.** In: Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJcMLSPfp8r/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19 jan. 2022.

FERREIRA, Ludmila de Oliveira Amaral. PATERNOSTER. Luanna Cristina de Souza. MARTINS, Ronei Ximenes Martins. VIEIRA, Estela Aparecida Oliveira. **Preditores de permanência e evasão em cursos superiores a distância: revisão de literatura.** In: **Edição Especial de comemoração aos 10 anos do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE.** 2020. Disponível em: <<http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/231>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

GIMENEZ, Felipe Vieira; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; MACIEL, Carina Elisabeth. **Políticas e permanência para estudantes na educação superior.** RBPAAE - v. 32, n. 3, p. 759 - 781 set./dez. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/68574>>. Acesso em 12 jan. 2022.

GISI, M. L. **A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v.6,n.17,p.97-112,jan./abr.2006. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/6740/6638>>. Acesso em 12 jan. 2022.

HAYASHI, C.; SOEIRA, F.S.; CUSTÓDIO, F.R.; (2020) **Análise sobre as políticas na Educação à Distância no Brasil.** Research, Society and Development, v.9, n.1.

INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior, Notas Estatísticas, 2020.** - Ministério da Educação. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2022.

INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior, Notas Estatísticas, 2019.** - Ministério da Educação. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Notas\\_Estatisticas\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf)>. Acesso em: 09 fev. 2022.

**LEI N. 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

**LEI N. 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968** - Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm)> Acesso em: 25 mai. 2022.

**LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2022.

**LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.** Lei de Cotas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 16 jan. 2022.

LIMA, Jackeline Soares. **A assistência estudantil na Universidade de Brasília durante a pandemia do COVID-19.** In: Cadernos Cajuína, v. 6, n. 3, 2021. Disponível em: <<https://www.cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/504>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MOREIRA, E. S.; LIMA, E.O.; BRITO, R.O. (2019). **Estudo comparado das políticas públicas educacionais de inclusão digital: Brasil e Uruguai.** Revista da Faculdade de Educação.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro and FACHINETTO, Rochele Fellini. **Acesso,**

**expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira.**

Sociologias [online]. 2007, n.17, pp. 124-157. ISSN 1517-4522. Disponível em:

<[http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222007000100006 & script= sci\\_abstract & tlng=pt](http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222007000100006 & script= sci_abstract & tlng=pt)>.

Acesso em 12 jan. 2022.

NUNES, Roseli Souza dos Reis. VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. **A permanência na educação superior: múltiplos olhares.** In: Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v. 6 n.16, p.48-63, jan./abr.2016. Disponível em:

<[https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:b\\_IrarSASEEJ:https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/download/5708/2914/17153+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:b_IrarSASEEJ:https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/download/5708/2914/17153+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em 12 jan. 2022.

**PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PNE. 2001-2010** LEI N. LEI N° 010172 , DE 9 DE JANEIRO DE 2001. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>> Acesso em 25 mai 2022

**Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014.** 2014-2024. Disponível em:

<<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> Disponível em 25 mai. 2022

**RESOLUÇÃO DO (A) DECANATO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS N° 001/2020/2020.**

Disponível em <[http://dds.dac.unb.br/images/Editais/Resoluo\\_-\\_Auxlio\\_emergencial.pdf](http://dds.dac.unb.br/images/Editais/Resoluo_-_Auxlio_emergencial.pdf)> Acesso em 25 mai 2022

Ronsoni, M. L. (2014): “**Permanência e evasão de estudantes da UFFS Campus Erechim**” in Pereira, T. I. (org.): Universidade pública em tempos de expansão: entre o vivido e o pensado. Erechim: Evangraf.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** In: 32. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1999. Disponível em:

<[https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:l\\_I3nuRyvPYJ:https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/savianidermeval-escolaedemocracia.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:l_I3nuRyvPYJ:https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/savianidermeval-escolaedemocracia.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>.

Acesso em: 15 jan. 2022

SANTOS, Ana Lúcia Padrão dos; SIMÕES, Antonio Carlos. **Desafios do ensino superior em educação física: considerações sobre a política de avaliação dos cursos.** Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 259-274, abr./jun. 2008.

SOUZA, Sandra Elisa Réquia et al. **Promoção de orientação e acolhimento discente.** In: KULLMANN, Geila Gonçalves et al. (Org.). Apoio estudantil: reflexões sobre o ingresso e permanência no ensino superior. Santa Maria: UFSM, 2008, v. 1. p. 121-127

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.** 2016. Disponível em: <<https://unb.br/a-unb/historia>> Acesso em: 25 mai. 2022.

UNESCO. **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década: 2011-2020.** Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação euperior no século XXI: visão e ação.** Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 1998

VIANA, M. J.B. **Longevidade escolar em famílias de camadas populares.** In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 45-60.

VILLAR, José Luiz; CASTIONI, Remi (org.). **Diálogos entre Anísio e Darcy: o projeto da UnB e a educação brasileira.** Brasília: Verbena Editora, 2012. 248 p.

VELOSO, T. C. M. A. **A evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá 1985/2 a 1995/2: um processo de exclusão.** 2000. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Instituto de Educação, UniversidadeFederal de Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** In Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 32, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16 jan. 2022.